

FISCAL DE MEIO AMBIENTE

Atenção: Fraudar ou tentar fraudar Certames Públicos é Crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

DOMINGO TARDE

EDITAL Nº 001/2026

CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE PORTO CALVO (AL)

ORIENTAÇÕES IMPORTANTES AO CANDIDATO:

1. Conferência dos materiais

✓ Confira seu nome, documento e número de inscrição nos materiais recebidos.
✓ Verifique o Caderno de Questões quanto à impressão e numeração.

2. Regras da prova

✓ Cumpra as normas previstas no Edital, Caderno de Questões e Folha de Respostas. O descumprimento poderá resultar em eliminação.

3. Folha de Respostas

✓ É o documento utilizado para a correção da prova.
✓ Assine e marque apenas uma alternativa por questão.
✓ Utilize somente caneta esferográfica azul ou preta.
✓ Entregue a Folha de Respostas ao fiscal ao final da prova.

4. Provas e gabaritos

✓ Serão divulgados no site do Instituto IGEDUC (www.igeduc.org.br), conforme os prazos do Edital.

5. Condutas proibidas

✓ Não manuseie a prova antes da autorização.
✓ Não se comunique com outros candidatos.
✓ Não utilize aparelhos eletrônicos.
✓ Não anote o gabarito fora dos locais permitidos.

6. Permanência e saída

✓ Respeite o tempo mínimo de permanência previsto no Edital.
✓ Não deixe o local sem autorização do fiscal.
✓ Ao concluir, entregue os materiais exigidos e assine os documentos de controle, quando solicitado.

LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 01

Assinale a alternativa em que a concordância verbal está plenamente adequada à norma-padrão:

(A) Deve haverem soluções mais adequadas para os problemas que ainda persistem no setor.
(B) Deve existirem soluções mais adequadas para os problemas que ainda persistem no setor.
(C) Devem existir soluções mais adequadas para os problemas que ainda persistem no setor.
(D) Devem haver soluções mais adequadas para os problemas que ainda persistem no setor.
(E) Devem haverem soluções mais adequadas para os problemas que ainda persistem no setor.

Questão 02

Leia o fragmento:

"Solicitamos aos servidores que encaminhem, até 15 de outubro, os documentos pendentes ao Setor de Recursos Humanos, a fim de possibilitar a atualização dos registros funcionais."

Considerando sua finalidade comunicativa predominante, esse fragmento aproxima-se de um gênero textual de natureza:

(A) Narrativa e memorialística, pois relata uma sequência de acontecimentos ocorridos no ambiente profissional.
(B) Instrucional e administrativa, pois comunica uma providência esperada do destinatário em contexto institucional.
(C) Argumentativa e opinativa, pois apresenta uma tese e procura convencer o leitor por meio de justificativas.
(D) Expositiva e científica, pois sistematiza conhecimentos técnicos destinados à formação conceitual do leitor.
(E) Descritiva e literária, pois caracteriza detalhadamente pessoas, espaços e situações do ambiente de trabalho.

Questão 03

Assinale a alternativa em que todas as palavras estão corretamente acentuadas segundo a norma-padrão da língua portuguesa:

(A) Juízes, saída, possível e carater.
(B) Juízes, saída, possivél e caráter.
(C) Juízes, saída, possível e caráter.
(D) Juizes, saída, possível e caráter.
(E) Juízes, saìda, possivel e caráter.

Questão 04

Assinale a alternativa em que a indicação da sílaba tônica está correta segundo a pronúncia-padrão da língua portuguesa:

(A) "Rúbrica" é palavra proparoxítona, com tonicidade na primeira sílaba.
(B) "Recorde" é palavra paroxítona, com tonicidade na sílaba final.
(C) "Gratuito" é palavra proparoxítona, com tonicidade na sílaba inicial.
(D) "Nobel" é palavra paroxítona, com tonicidade na primeira sílaba.
(E) "Ínterim" é palavra oxítona, com tonicidade na última sílaba.

Questão 05

Na frase "A cidade acordou assustada com o barulho da tempestade", o efeito expressivo decorre principalmente do emprego de:

(A) Metonímia, pois o nome da cidade substitui o nome específico do fenômeno responsável pelo barulho.
(B) Hipérbole, pois o enunciado amplia de forma exagerada a intensidade sonora produzida pela chuva.
(C) Eufemismo, pois o enunciado suaviza os efeitos negativos provocados pelo fenômeno climático.
(D) Personificação, pois se atribui à cidade uma ação e um estado próprios de seres humanos.
(E) Metáfora, pois a cidade é comparada diretamente a uma tempestade sem utilização de conectivo.

Questão 06

Em um ofício destinado a autoridade externa, a redação deve observar clareza, objetividade, impessoalidade e padronização. Assinale a alternativa mais adequada ao padrão de redação oficial:

(A) Estamos mandando o documento que vocês pediram e esperamos que resolvam logo essa situação.
(B) Encaminhamos, com enorme satisfação, o documento pedido, esperando que ele seja útil às decisões da autoridade.
(C) Segue aí o documento solicitado, conforme conversamos, para que seja feita a devida análise do caso.
(D) Informamos que o documento solicitado segue anexo para análise e adoção das providências que entender cabíveis.
(E) Estamos enviando o documento em questão e gostaríamos muito que houvesse retorno sobre o assunto brevemente.

Questão 07

No período "Embora o prazo tenha sido prorrogado, muitos candidatos entregaram os documentos antes da data inicialmente prevista", a oração iniciada por "Embora" classifica-se como:

(A) Oração subordinada adverbial temporal.
(B) Oração subordinada adverbial concessiva.
(C) Oração coordenada sindética adversativa.
(D) Oração subordinada adverbial causal.
(E) Oração subordinada substantiva subjetiva.

Questão 08

Assinale a alternativa inteiramente adequada à norma-padrão quanto à regência, ao emprego da crase e à pontuação:

(A) A servidora referiu-se aquela norma e informou aos interessados, que o prazo havia sido prorrogado.
(B) A servidora referiu-se à aquela norma e informou aos interessados que, o prazo havia sido prorrogado.
(C) A servidora referiu aquela norma e informou, aos interessados que o prazo havia sido prorrogado.
(D) A servidora referiu-se àquela norma e informou, aos interessados, que o prazo havia sido prorrogado.
(E) A servidora referiu-se àquela norma, e informou aos interessados que o prazo, havia sido prorrogado.

Questão 09

Em uma entrevista, um falante afirma: "A gente vai chegar mais cedo hoje." Considerando as variedades linguísticas e a adequação ao contexto, é **CORRETO** afirmar que essa construção:

(A) Pertence a uma variedade regional restrita e deve ser substituída por "nós" em qualquer situação de comunicação oral.
(B) Representa construção inadequada à língua portuguesa porque pronomes coletivos não podem exercer função de sujeito da oração.
(C) Constitui erro de concordância porque a expressão "a gente" exige verbo flexionado obrigatoriamente na primeira pessoa do plural.
(D) Corresponde a uma forma exclusivamente popular que compromete a compreensão do enunciado em contextos urbanos e profissionais.
(E) É comum na linguagem cotidiana e adequada em contextos informais, embora situações formais possam exigir escolhas conforme a norma-padrão.

Questão 10

Na frase "Os servidores bastante experientes resolveram rapidamente o problema", as palavras "bastante" e "rapidamente" classificam-se, respectivamente, como:

(A) Advérbio de intensidade e advérbio de modo.
(B) Advérbio de modo e pronome indefinido.
(C) Adjetivo qualificativo e advérbio de tempo.
(D) Pronome indefinido e adjetivo de modo.
(E) Adjetivo indefinido e advérbio de intensidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

Um agente de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, atuando nessa qualidade, causa dano a terceiro durante a execução de suas funções. À luz do regime constitucional de responsabilidade civil, é **CORRETO** afirmar que:

(A) A responsabilidade recai inicialmente sobre o agente causador, passando à prestadora quando demonstrada insuficiência patrimonial para reparar o prejuízo.
(B) A responsabilidade constitucional alcança pessoas jurídicas de direito público, ficando as prestadoras privadas submetidas ao regime civil baseado na culpa.
(C) A prestadora responde de forma objetiva, enquanto o direito de regresso contra o agente prescinde da demonstração de elemento subjetivo de sua conduta.
(D) A prestadora responde quando comprovada culpa administrativa, cabendo ação regressiva contra o agente conforme a gravidade objetiva do dano produzido.
(E) A prestadora responde pelo dano causado pelo agente, assegurado direito de regresso contra este quando demonstrados dolo ou culpa.

Questão 12

Determinada região de um Estado pretende desmembrar-se para formar um novo Estado da Federação. De acordo com a Constituição Federal, a alteração territorial pretendida pressupõe:

(A) Consulta aos Municípios integrantes da região e aprovação do Senado Federal mediante resolução específica sobre o desmembramento territorial.
(B) Aprovação da população do Estado de origem mediante referendo e posterior edição de lei ordinária pelo Congresso Nacional.
(C) Aprovação do eleitorado nacional por plebiscito e edição posterior de lei complementar pelo Congresso para instituição da nova unidade.
(D) Consulta à população diretamente atingida e aprovação da Assembleia Legislativa mediante lei estadual de reorganização territorial.
(E) Aprovação da população diretamente interessada mediante plebiscito e aprovação do Congresso Nacional por meio de lei complementar.

Questão 13

A Constituição Federal assegura ser livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Considerando a aplicabilidade desse dispositivo, assinale a afirmativa **CORRETA**:

(A) O direito produz eficácia integral insuscetível de restrição infraconstitucional, cabendo à lei disciplinar aspectos procedimentais sem limitar seu exercício.

(B) O dispositivo apresenta conteúdo programático dirigido ao legislador, dependendo de política pública posterior para gerar posições jurídicas subjetivas exigíveis.

(C) O direito possui aplicabilidade imediata, embora seu âmbito de exercício possa sofrer restrição legislativa autorizada pelo próprio texto constitucional.

(D) O direito depende de integração legislativa para produzir efeitos jurídicos, pois a ausência de lei impede o exercício da liberdade profissional assegurada.

(E) O comando constitucional possui eficácia diferida, passando a incidir diretamente depois da edição das qualificações profissionais previstas em legislação específica.

Questão 14

É apresentada proposta de emenda constitucional destinada a substituir o voto secreto nas eleições periódicas por votação pública nominal dos eleitores. Considerando os limites impostos ao poder constituinte derivado reformador, essa proposta:

(A) Pode tramitar regularmente, pois as limitações materiais impedem a extinção do voto periódico, mas admitem alterações relacionadas ao seu caráter secreto.

(B) Pode ser aprovada mediante procedimento de emenda, desde que preserve o sufrágio universal e mantenha eleições diretas em intervalos previamente definidos.

(C) Pode ser deliberada, desde que obtenha três quintos dos votos em dois turnos em cada Casa e seja posteriormente submetida a referendo popular.

(D) Não pode ser promulgada pelo Congresso, mas pode ser submetida ao eleitorado mediante plebiscito para exercício direto do poder constituinte reformador.

(E) Não pode ser objeto de deliberação, pois tende a abolir característica do voto expressamente protegida como limitação material ao poder de reforma.

Questão 15

Considerando a distribuição constitucional de atribuições entre os órgãos de segurança pública, assinale a afirmativa **CORRETA**:

(A) Às polícias militares cabem as funções de polícia judiciária estadual e a investigação das infrações comuns cuja repressão não seja atribuída à União.

(B) Às polícias civis cabem funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais, ressalvadas a competência da União e as infrações militares.

(C) À polícia federal compete a polícia ostensiva nas áreas de interesse federal e a preservação da ordem pública quando houver repercussão interestadual.

(D) Aos corpos de bombeiros militares cabe a preservação ostensiva da ordem pública, enquanto a atividade de defesa civil compete às polícias militares estaduais.

(E) Às polícias penais estaduais cabem a investigação de crimes praticados nos estabelecimentos penais e a polícia judiciária relativa à execução das penas.

INFORMÁTICA

Questão 16

Em um computador, o usuário pode armazenar documentos em diferentes dispositivos e organizar esses dados por meio de operações de gerenciamento de arquivos.

Considerando os conceitos de armazenamento, arquivos, pastas e operações de gerenciamento, assinale a alternativa CORRETA:

(A) A movimentação de um arquivo entre pastas altera obrigatoriamente seu conteúdo e sua extensão, pois o sistema precisa recriá-lo no novo diretório.

(B) Arquivos armazenados em SSD não podem ser organizados em pastas, uma vez que esse tipo de dispositivo utiliza memória eletrônica em vez de discos magnéticos.

(C) A cópia de um arquivo gera outra ocorrência do mesmo conteúdo em um local de destino, enquanto a movimentação transfere o arquivo de sua localização original para outra.

(D) A criação de pastas aumenta automaticamente a capacidade física de armazenamento do dispositivo, pois o sistema passa a reservar novos espaços independentes no disco.

(E) A exclusão de um arquivo sempre provoca sua remoção definitiva do dispositivo, independentemente do sistema operacional ou do local em que esteja armazenado.

Questão 17

Um analista administrativo utiliza uma planilha do Microsoft Excel para consolidar indicadores mensais. No intervalo A1:C3, as células contêm os seguintes valores numéricos: A1 = 2, B1 = 4, C1 = 6; A2 = 3, B2 = 5, C2 = 7; A3 = 1, B3 = 8, C3 = 9. As demais células da planilha estão vazias. O analista digitou, na célula E1, a fórmula =$A1*B$1+C1 e, em seguida, copiou essa célula e colou-a na célula F2, por meio dos comandos Copiar e Colar.

Considerando o tratamento dado pelo Excel às referências relativas, absolutas e mistas, assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE a fórmula obtida em F2 e o valor nela exibido.

(A) =$B2*C$1+D2, cujo resultado exibido é 30.

(B) =$A2*C$1+D2, cujo resultado exibido é 18.

(C) =$A2*C$1+C2, cujo resultado exibido é 25.

(D) =$A1*C$2+D2, cujo resultado exibido é 14.

(E) =$A2*B$1+C2, cujo resultado exibido é 19.

Questão 18

Os sistemas operacionais são softwares responsáveis pelo gerenciamento dos recursos do computador e pela interação entre o usuário, os programas e o hardware.

Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE exemplos de sistemas operacionais.

(A) Linux, Microsoft Excel e Windows.
(B) Microsoft Word, macOS e Ubuntu.
(C) Google Chrome, Mozilla Firefox e macOS.
(D) Windows, Google Chrome e Linux.
(E) Windows, Linux e macOS.

Questão 19

Um colaborador precisa enviar a mesma mensagem de e-mail a vários destinatários externos. Por questões de privacidade, os endereços eletrônicos desses destinatários não devem ficar visíveis uns aos outros. O colaborador também precisa enviar uma cópia da mensagem ao seu supervisor, cujo endereço pode ficar visível aos destinatários, apenas para que ele tenha conhecimento da comunicação realizada.

Considerando os recursos disponíveis para o envio de mensagens por correio eletrônico e os requisitos de privacidade apresentados na situação, assinale a alternativa CORRETA.

(A) Inserir os destinatários externos e o supervisor no campo CC, pois esse campo oculta automaticamente os endereços de todos os destinatários da mensagem.
(B) Inserir os destinatários externos em CCO, ocultando seus endereços dos demais, e o supervisor em CC, mantendo seu endereço visível.
(C) Inserir os destinatários externos no campo CC e o supervisor no campo Para, pois os endereços incluídos em CC permanecem ocultos.
(D) Inserir os destinatários externos no campo Para e o supervisor no campo CCO, pois os endereços informados em Para não são exibidos aos demais destinatários.
(E) Inserir os destinatários externos e o supervisor no campo Para, pois esse campo permite que cada destinatário visualize somente o próprio endereço eletrônico.

Questão 20

Em um sistema computacional, os componentes físicos que podem ser tocados, como teclado, monitor, memória e processador, constituem o _____. Já os programas, aplicativos e sistemas operacionais utilizados para executar tarefas correspondem ao _____.

Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas, na ordem apresentada:

(A) hardware - software
(B) sistema operacional - hardware
(C) hardware - sistema de navegação
(D) hardware - processador
(E) software - disco rígido

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

Questão 21

Um sistema de logística reversa prevê um posto de entrega para produtos usados. Parte dos materiais recebidos poderá ser aproveitada; a parte caracterizada como rejeito terá disposição final ambientalmente adequada. Com base exclusivamente no art. 33, §§ 3º a 6º, da Lei Federal nº 12.305/2010 (sem considerar jurisprudência ou doutrina), ordene as ações conforme o fluxo.

(__) Os comerciantes ou distribuidores encaminham os produtos e embalagens recebidos aos fabricantes ou importadores.

(__) Os consumidores devolvem os produtos e embalagens após o uso.

(__) Os rejeitos são encaminhados à disposição final ambientalmente adequada.

(__) É disponibilizado um posto para a entrega dos produtos e embalagens usados.

(__) Os fabricantes ou importadores dão destinação ambientalmente adequada aos produtos e embalagens recebidos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo.

(A) 4, 1, 5, 2, 3.
(B) 4, 2, 3, 1, 5.
(C) 2, 4, 5, 1, 3.
(D) 2, 3, 5, 4, 1.
(E) 3, 2, 5, 1, 4.

Questão 22

A municipalização da questão ambiental é apontada como um avanço na gestão descentralizada e na participação popular. Com base nessa perspectiva, analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. A atuação do município na gestão ambiental pode favorecer a participação da população na identificação dos problemas e na construção de soluções adequadas à realidade local.

PORQUE

II. A proximidade entre o poder público municipal e a população permite conhecer os problemas cotidianos da comunidade, cujas informações devem subsidiar as decisões ambientais tomadas pelos profissionais tecnicamente habilitados, sem necessidade de

participação popular nessa etapa.

Assinale a alternativa CORRETA.

(A) As asserções I e II são verdadeiras, e a II justifica a I.
(B) As asserções I e II são falsas.
(C) A asserção I é verdadeira, e a II é falsa.
(D) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não justifica a I.
(E) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.

Questão 23

No exercício de suas atribuições, um Fiscal de Meio Ambiente consultou a definição de manejo sustentável. Com base exclusivamente no disposto no art. 3º, inciso VII, da Lei Federal nº 12.651/2012 (sem considerar jurisprudência ou doutrina), complete as lacunas a seguir.

A administração da vegetação natural para obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais deve respeitar os _____ do ecossistema objeto do manejo. A definição legal considera, _____, a utilização de múltiplas espécies _____, além de produtos, subprodutos e outros bens e serviços.

Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas, na ordem em que aparecem.

(A) mecanismos de sustentação, cumulativa ou alternativamente, madeireiras ou não
(B) mecanismos de recuperação, alternativamente, madeireiras ou não
(C) mecanismos de recuperação, cumulativa e alternativamente, madeireiras ou frutíferas
(D) mecanismos de sustentação, cumulativamente, madeireiras ou não
(E) mecanismos de sustentação, cumulativa e alternativamente, madeireiras ou frutíferas

Questão 24

Durante uma fiscalização de rotina, um Fiscal de Meio Ambiente constatou a destruição de vegetação fixadora de dunas. Com base exclusivamente na pena prevista no art. 50 da Lei Federal nº 9.605/1998, sem considerar jurisprudência ou doutrina, analise as penas a seguir:

I. Reclusão, de um a quatro anos.

II. Detenção, de três meses a um ano.

III. Multa.

É CORRETO o que se afirma em:

(A) II, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I e II, apenas.
(E) II e III, apenas.

Questão 25

Durante um curso para Fiscais de Meio Ambiente, o instrutor comparou duas previsões da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA): os incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias voltadas ao uso racional e à proteção dos recursos ambientais; e o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias nacionais voltadas ao uso racional desses recursos. Com base exclusivamente na redação atual da Lei Federal nº 6.938/1981, sem considerar jurisprudência ou doutrina, do art. 2º, inciso VI, e do art. 4º, inciso IV, assinale a alternativa CORRETA quanto à classificação dessas duas previsões, respectivamente.

(A) A primeira previsão integra os objetivos da PNMA, enquanto a segunda, seus princípios.
(B) Ambas as previsões integram os objetivos da PNMA.
(C) Ambas as previsões integram os princípios da PNMA.
(D) A primeira previsão integra os instrumentos da PNMA, enquanto a segunda, suas diretrizes.
(E) A primeira previsão integra os princípios da PNMA, enquanto a segunda, seus objetivos.

Questão 26

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) é regido por diretrizes relativas à gestão das unidades de conservação. Com base exclusivamente na redação atual do art. 5º, incisos VI e XII, da Lei Federal nº 9.985/2000 (sem considerar jurisprudência ou doutrina), assinale a alternativa CORRETA quanto à sustentabilidade econômica e à autonomia administrativa e financeira dessas unidades.

(A) A sustentabilidade econômica deve ser garantida em todas as unidades, ao passo que a autonomia administrativa e financeira deve ser assegurada nos casos possíveis, respeitadas as conveniências da administração.
(B) A sustentabilidade econômica deve ser buscada nos casos possíveis, ao passo que a autonomia administrativa e financeira deve ser assegurada conforme as conveniências da administração.
(C) A sustentabilidade econômica deve ser assegurada conforme as conveniências da administração, enquanto a autonomia administrativa e financeira deve ser garantida nos casos possíveis.
(D) A sustentabilidade econômica deve ser assegurada nos casos possíveis, respeitadas as conveniências da administração, já a autonomia administrativa e financeira deve ser buscada em todas as unidades.
(E) A sustentabilidade econômica deve ser assegurada nos casos possíveis, já a autonomia administrativa e financeira deve ser buscada quando possível e respeitadas as conveniências da administração.

Questão 27

Durante uma fiscalização, um Fiscal de Meio Ambiente

constatou que o proprietário de um imóvel rural suprimiu vegetação situada em Área de Preservação Permanente (APP), sem que a intervenção se enquadrasse em um dos usos autorizados pela Lei Federal nº 12.651/2012. Com base no art. 7º dessa lei, sem considerar jurisprudência ou doutrina, julgue os itens a seguir.

I. O proprietário é obrigado a promover a recomposição da vegetação suprimida.

II. A obrigação de recompor a vegetação é transmitida ao sucessor em caso de transferência do domínio ou da posse do imóvel rural.

III. O marco temporal para a vedação de novas autorizações de supressão de vegetação, enquanto não cumprida a obrigação de recomposição, é 22 de julho de 2012.

É CORRETO o que se afirma em:

(A) I, II e III.
(B) I e II, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) III, apenas.
(E) I e III, apenas.

Questão 28

Durante uma fiscalização, um Fiscal de Meio Ambiente examinou diferentes usos de recursos hídricos para identificar quais estão sujeitos à outorga. Com base exclusivamente na redação atual do art. 12 e de seu § 1º da Lei Federal nº 9.433/1997, sem considerar jurisprudência ou doutrina, analise os usos a seguir:

I. Extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou como insumo de processo produtivo.

II. Uso de recursos hídricos para atender às necessidades de pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural.

III. Derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes.

É CORRETO afirmar que estão sujeitos à outorga:

(A) I, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) II, apenas.
(D) I, II e III.
(E) I e II, apenas.

Questão 29

Um Fiscal de Meio Ambiente constatou o desmatamento não autorizado de uma floresta plantada em terra de domínio público situada em área rural. Considerando o art. 50-A da Lei Federal nº 9.605/1998, sem considerar jurisprudência ou doutrina, julgue os itens a seguir como verdadeiros (V) ou falsos (F).

(__) A conduta não constitui crime quando necessária à subsistência imediata pessoal do agente ou de sua família.

(__) Se a área explorada for superior a 1.000 hectares, a pena será aumentada de um ano por milhar de hectare.

(__) Para o crime descrito, a lei prevê pena de reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo.

(A) F, F, V.
(B) V, F, V.
(C) V, V, F.
(D) F, V, F.
(E) V, V, V.

Questão 30

O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) reúne órgãos e entidades responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental. Com base exclusivamente na estrutura prevista nos incisos do art. 6º e nas disposições dos §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 6.938/1981 (sem considerar jurisprudência ou doutrina), julgue as afirmativas a seguir e registre V, para verdadeira, ou F, para falsa.

(__) A estrutura do SISNAMA compreende sete categorias de órgãos, diferenciadas por suas funções de assessoramento, execução e fiscalização ambiental.

(__) Os órgãos central, setoriais, seccionais e locais devem fornecer os resultados das análises que efetuarem e sua fundamentação, quando solicitados por pessoa legitimamente interessada.

(__) Os municípios podem elaborar normas supletivas e complementares relativas ao meio ambiente, desde que observem as normas e os padrões federais e estaduais.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo.

(A) F, F, V.
(B) F, V, V.
(C) V, F, V.
(D) F, V, F.
(E) V, V, F.

Questão 31

Um Fiscal de Meio Ambiente, em vistoria ambiental, foi verificar as atividades de interesse social conforme estabelecido no art. 3º, inciso VIII, da Lei Federal nº 11.428/2006, Lei da Mata Atlântica, sem considerar jurisprudência ou doutrina. Durante a vistoria, observou as seguintes atividades. Julgue os itens sobre quais estão relacionados ao interesse social.

I. Atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como prevenção, combate e controle do fogo.

II. Atividades de segurança nacional e proteção sanitária.

III. Atividades de manejo agroflorestal sustentável

praticadas em posse rural familiar que não descaracterizem a cobertura vegetal nem prejudiquem a função ambiental da área.

É CORRETO afirmar que são atividades de interesse social.

(A) I, apenas.
(B) II e III, apenas.
(C) II, apenas.
(D) I, II e III.
(E) I e III, apenas.

Questão 32

A Lei da biodiversidade, Lei Federal nº 13.123/2015, criou o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen), responsável por coordenar políticas relacionadas ao acesso ao patrimônio genético, ao conhecimento tradicional associado e à repartição de benefícios. Com base exclusivamente no disposto no art. 6º dessa lei, sem considerar jurisprudência ou doutrina, assinale a alternativa CORRETA quanto à participação mínima da sociedade civil e aos segmentos entre os quais deve ser assegurada a paridade.

(A) No mínimo 60% com setor acadêmico e populações indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais.
(B) Exatamente 60% com setor empresarial, setor acadêmico e populações indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais.
(C) No mínimo 40% com setor empresarial, setor acadêmico e populações indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais.
(D) Exatamente 40% com setor acadêmico, populações indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais.
(E) Exatamente 40% com setor empresarial, setor acadêmico e agricultores tradicionais.

Questão 33

A Lei Federal nº 11.445/2007 que rege a Política Nacional de Saneamento Básico apresenta, entre suas definições, a de controle social no âmbito dos serviços públicos de saneamento básico. Com base exclusivamente na redação atual do art. 3º, inciso IV, dessa lei (sem considerar jurisprudência ou doutrina), analise os itens a seguir quanto aos elementos que integram essa definição.

I. Acesso a informações referentes aos registros pessoais dos usuários dos serviços de saneamento básico.

II. Participação na avaliação relacionada aos serviços públicos de saneamento básico.

III. Acesso a representações técnicas relacionadas ao saneamento básico.

IV. Participação nos processos de formulação de políticas e de planejamento relacionados aos serviços públicos de saneamento básico.

É CORRETO o que se afirma em:

(A) I, II, III e IV.
(B) I, III e IV, apenas.
(C) I, II e III, apenas.
(D) II, III e IV, apenas.
(E) II e IV, apenas.

Questão 34

Após constatar a degradação de uma área, o órgão ambiental determinou ao responsável a adoção de medidas para corrigir os danos. Considerando o art. 14 da Lei Federal nº 6.938/1981, sem considerar jurisprudência ou doutrina, analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. O descumprimento das medidas necessárias à correção dos danos ambientais pode sujeitar o responsável a penalidades, como multa e suspensão de sua atividade.

PORQUE

II. Após receber a penalidade, o responsável fica dispensado de reparar o dano ambiental causado.

Assinale a alternativa CORRETA.

(A) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.
(B) A asserção I é verdadeira, e a II é falsa.
(C) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não justifica a I.
(D) As asserções I e II são falsas.
(E) As asserções I e II são verdadeiras, e a II justifica a I.

Questão 35

Um Fiscal de Meio Ambiente foi designado para fiscalizar uma atividade potencialmente poluidora, sujeita a prévio licenciamento ambiental. Ao orientar o responsável pelo empreendimento sobre a publicidade dos atos do processo, conforme o art. 10, § 1º, da Lei Federal nº 6.938/1981, sem considerar jurisprudência ou doutrina, o fiscal deve transmitir a informação. Assinale a alternativa que reproduz CORRETAMENTE o disposto no art. 10, § 1º, da Lei Federal nº 6.938/1981.

(A) Os pedidos de licenciamento e de renovação, assim como a concessão, devem ser publicados no jornal oficial e em periódico regional ou local de grande circulação ou em meio eletrônico do órgão ambiental competente.
(B) Os pedidos de licenciamento e de renovação devem ser publicados no jornal oficial, enquanto a concessão pode ser divulgada apenas em periódico regional ou local de grande circulação ou no meio eletrônico do órgão competente.

(C) Os pedidos de licenciamento e de renovação devem ser publicados no jornal oficial e em periódico regional ou local de grande circulação ou no meio eletrônico do órgão competente, sendo dispensada a publicação da concessão.

(D) Os pedidos de licenciamento e de renovação, assim como a concessão, podem ser publicados no jornal oficial ou, alternativamente, em periódico regional ou local de grande circulação ou no meio eletrônico do órgão competente.

(E) Os pedidos de licenciamento e de renovação, assim como a concessão, devem ser publicados no jornal oficial, em periódico regional ou local de grande circulação e no meio eletrônico do órgão ambiental competente.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 36

Em auditoria realizada no âmbito da Administração Pública federal, foi localizado ato administrativo praticado há mais de cinco anos que produziu efeitos favoráveis ao destinatário. Não havia comprovação de má-fé. Os efeitos patrimoniais decorrentes do ato eram contínuos e o primeiro pagamento havia ocorrido também há mais de cinco anos, sem que, nesse período, autoridade administrativa tivesse adotado medida que importasse impugnação à validade do ato. A unidade revisora sustentou que atos ilegais poderiam ser anulados a qualquer tempo, pois a autotutela administrativa afastaria qualquer limitação temporal. A assessoria jurídica, porém, apontou a existência de disciplina legal específica sobre decadência.

Com base exclusivamente no art. 54, caput e §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 9.784/1999, sem considerar jurisprudência ou outras normas, assinale a alternativa CORRETA.

(A) O direito de anular decai em cinco anos, salvo comprovada má-fé, e, havendo efeitos patrimoniais contínuos, a contagem inicia-se com a percepção do primeiro pagamento.

(B) O prazo de cinco anos somente começa após a Administração instaurar processo formal de revisão, ainda que os efeitos patrimoniais tenham sido produzidos regularmente desde a prática do ato.

(C) A ausência de má-fé reduz o prazo decadencial para três anos, enquanto sua comprovação amplia o período de anulação administrativa para cinco anos contados do último pagamento.

(D) O prazo decadencial é de dez anos para atos favoráveis, contando-se, nos efeitos patrimoniais contínuos, individualmente de cada pagamento realizado ao respectivo destinatário.

(E) O direito de anular permanece indefinidamente exercitável porque a ilegalidade originária impede a incidência de decadência sobre atos administrativos que produzam efeitos patrimoniais favoráveis.

Questão 37

Em órgão responsável pela fiscalização municipal, um agente, deliberadamente e com finalidade ilícita demonstrada nos autos, revelou informação sigilosa conhecida em razão das atribuições do cargo, permitindo que determinada empresa antecipasse providências e obtivesse vantagem informacional antes de operação fiscal. Na apuração, ficou comprovado o dolo, mas surgiu divergência sobre a incidência da Lei de Improbidade Administrativa após as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021. Um parecer utilizou a antiga formulação genérica do art. 11 para sustentar que qualquer violação abstrata aos princípios seria suficiente. Outro observou que a redação atual exige ação ou omissão dolosa e enquadramento nas condutas legalmente previstas.

Com base exclusivamente na redação atual do art. 11, caput e inciso III, da Lei Federal nº 8.429/1992, com as alterações vigentes, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A configuração do art. 11 prescinde de dolo quando a informação revelada decorrer das atribuições funcionais do agente e possuir alguma relevância econômica para terceiro interessado.

(B) A alteração legislativa suprimiu a possibilidade de enquadrar revelação de informação sigilosa como ato contra princípios, remetendo qualquer responsabilização exclusivamente às esferas penal e disciplinar.

(C) A revelação dolosa pode enquadrar-se no art. 11 quando envolver fato conhecido pelas atribuições que deva permanecer em segredo e produzir as circunstâncias legalmente qualificadoras da conduta.

(D) A violação abstrata da legalidade é suficiente para caracterizar improbidade do art. 11, independentemente do enquadramento da conduta nas hipóteses atualmente estabelecidas pela legislação.

(E) A divulgação de informação funcional sigilosa somente configura improbidade se houver simultaneamente enriquecimento ilícito do agente e prejuízo patrimonial material diretamente mensurável ao erário.

Questão 38

No levantamento patrimonial de um Município, a equipe responsável identificou três imóveis submetidos a situações distintas. O primeiro abriga permanentemente uma unidade administrativa de fiscalização ambiental. O segundo corresponde a uma praça aberta indistintamente à utilização coletiva. O terceiro pertence ao Município, mas não está afetado a serviço administrativo nem destinado diretamente ao uso coletivo. Diante da intenção de reorganizar o patrimônio, a Administração precisou determinar a classificação jurídica de cada imóvel antes de avaliar as possibilidades de utilização, alienação ou mudança de destinação.

A equipe foi alertada de que a mera titularidade municipal não torna todos os bens idênticos quanto à sua classificação, pois a destinação atribuída ao

patrimônio público interfere diretamente no enquadramento jurídico.

Considerando exclusivamente a classificação estabelecida pelos arts. 98 a 103 da Lei Federal nº 10.406/2002, Código Civil, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A unidade administrativa constitui bem de uso especial, a praça constitui bem de uso comum do povo e o imóvel sem destinação pública específica pode enquadrar-se como dominical.

(B) A praça e o imóvel administrativo integram necessariamente a mesma categoria, pois a classificação dos bens públicos decorre da titularidade estatal e não da destinação atribuída ao bem.

(C) O imóvel sem destinação específica constitui bem de uso comum do povo, enquanto os imóveis materialmente utilizados pela Administração são classificados como bens dominicais indisponíveis.

(D) A unidade administrativa e a praça constituem bens dominicais, pois pertencem ao Município, enquanto o terceiro imóvel configura bem de uso especial por estar disponível à Administração.

(E) A unidade administrativa constitui bem dominical, a praça constitui bem de uso especial e o imóvel sem afetação constitui bem de uso comum, segundo sua disponibilidade econômica.

Questão 39

Uma equipe de fiscalização identificou estabelecimento que desenvolvia atividade submetida a condicionamentos administrativos relacionados à proteção ambiental e ao ordenamento urbano. No local, o responsável alegou que qualquer restrição administrativa à liberdade econômica dependeria de prévia decisão judicial. Sustentou também que o poder de polícia se confundiria com atividade de segurança pública e que, por isso, fiscais administrativos não poderiam impor condicionamentos previstos no ordenamento. A chefia técnica esclareceu que o instituto possui finalidade própria no Direito Administrativo e pode manifestar-se por atos preventivos e repressivos, dentro das competências legalmente atribuídas.

Considerando os elementos jurídicos característicos do poder de polícia administrativa e sua aplicação à atividade fiscalizatória, associe as colunas:

Coluna 1

1. Discricionariedade

2. Autoexecutoriedade

3. Coercibilidade

4. Vinculação

Coluna 2

(__) Possibilidade juridicamente admitida de execução direta de determinada medida administrativa nas hipóteses autorizadas pelo ordenamento, sem que isso constitua autorização geral para atuação arbitrária.

(__) Imposição legítima da medida administrativa ao destinatário, observados competência, legalidade e demais limites jurídicos incidentes sobre a atuação estatal.

(__) Margem de escolha juridicamente conferida à Administração quanto a aspectos da atuação, dentro dos limites estabelecidos pelo ordenamento aplicável.

(__) Situação em que a norma predetermina os pressupostos e a consequência administrativa, sem deixar espaço juridicamente relevante para escolha administrativa.

Assinale a alternativa que contém a associação CORRETA, de cima para baixo.

(A) 3, 2, 1, 4.

(B) 4, 2, 3, 1.

(C) 2, 1, 4, 3.

(D) 1, 3, 4, 2.

(E) 2, 3, 1, 4.

Questão 40

Na execução de contrato administrativo destinado ao monitoramento de áreas ambientalmente sensíveis, o fiscal designado constatou sucessivas falhas técnicas da contratada. Ele registrou formalmente as ocorrências, determinou a correção das deficiências compreendidas em sua esfera de atuação e, posteriormente, identificou situação cuja solução exigia providência que ultrapassava sua competência funcional. A empresa contratada argumentou que o fiscal deveria solucionar pessoalmente toda ocorrência relacionada à execução, enquanto determinado gestor sustentou que a contratação de terceiro para prestar assistência técnica transferiria integralmente ao particular a responsabilidade pela fiscalização.

Com base exclusivamente no art. 117, caput e §§ 1º a 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem considerar regulamentos locais, jurisprudência ou doutrina, julgue as afirmações como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

(__) O fiscal deve registrar as ocorrências relacionadas à execução contratual.

(__) Providência que ultrapasse sua competência deve ser informada aos superiores em tempo hábil.

(__) A contratação de terceiro para assisti-lo transfere integralmente a esse terceiro a função fiscalizatória.

(__) O fiscal pode determinar medidas necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

(A) F, V, V, F.

(B) V, V, V, F.

(C) F, V, F, V.

(D) V, V, F, V.

(E) V, F, V, V.

Questão 41

Uma empresa contratada pela Administração praticou infração administrativa grave durante a execução contratual. Após análise preliminar, a autoridade cogitou aplicar impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade. Um servidor propôs aplicação imediata da penalidade, concedendo defesa somente depois da decisão. Outro afirmou que bastaria manifestação unilateral do fiscal do contrato. A assessoria jurídica alertou que a Lei de Licitações estabelece procedimento específico para essas duas sanções e disciplina composição da comissão, defesa escrita, produção de provas e prazo prescricional.

Com base exclusivamente nos arts. 156, incisos III e IV, e 158, caput e §§ 1º a 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem considerar regulamentos ou jurisprudência, julgue as afirmações como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

(__) As sanções de impedimento e declaração de inidoneidade exigem processo de responsabilização.

(__) A comissão prevista no caput deve ser composta por dois ou mais servidores estáveis, ressalvada a disciplina legal aplicável a quadro não estatutário.

(__) O prazo legal para defesa escrita previsto no caput é de dez dias corridos contados da intimação.

(__) A instauração do processo de responsabilização interrompe a prescrição prevista no § 4º.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

(A) V, V, V, F.
(B) F, F, V, V.
(C) F, V, F, V.
(D) V, V, F, V.
(E) V, F, V, V.

Questão 42

Ao examinar despesas relacionadas à execução de programa municipal de fiscalização, uma comissão administrativa discutiu os limites conceituais entre controle interno e controle externo. Parte dos integrantes sustentou que o controle externo substituiria integralmente os mecanismos internos sempre que envolvesse análise financeira. Outros afirmaram que apenas a legalidade poderia ser examinada pelos órgãos de controle, excluindo legitimidade e economicidade. Um terceiro grupo defendeu que os sistemas coexistem e possuem funções próprias dentro da arquitetura constitucional de fiscalização.

Para avaliar as proposições, considere exclusivamente os arts. 70 e 74 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, aplicados como matriz constitucional do sistema de controle.

Analise as sentenças:

I. O controle externo e o sistema de controle interno constituem mecanismos constitucionalmente distintos de fiscalização da Administração.

II. A fiscalização constitucional alcança, entre outros parâmetros expressamente previstos, legalidade, legitimidade e economicidade.

III. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de irregularidade ou ilegalidade, possuem dever constitucional relacionado à comunicação ao Tribunal de Contas competente.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as proposições CORRETAS.

(A) I e II, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) I, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

Questão 43

Uma autoridade administrativa federal autorizou determinada providência favorável a uma empresa fiscalizada. Em revisão interna realizada poucos meses depois, constatou-se que o ato apresentava defeito de competência, mas a competência não era exclusiva, não havia desvio de finalidade e a manutenção dos efeitos não causaria lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros. Um setor defendeu a anulação obrigatória do ato, sob o argumento de que qualquer ilegalidade impede sua preservação. Outro sustentou que a Administração poderia simplesmente revogá-lo. Um terceiro propôs o saneamento do defeito, preservando o ato e seus efeitos juridicamente aproveitáveis.

Com base exclusivamente na redação atual dos arts. 53, 54 e 55 da Lei Federal nº 9.784/1999, sem considerar construções doutrinárias ou jurisprudenciais adicionais, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A Administração deverá revogar o ato por ilegalidade, uma vez que a revogação constitui o instrumento previsto legalmente para eliminar atos administrativos portadores de vícios originários sanáveis.
(B) A convalidação somente seria juridicamente possível após transcorrido o prazo decadencial de cinco anos, pois antes desse período a Administração permanece vinculada ao dever de anulação.
(C) A preservação do ato dependerá necessariamente de autorização judicial prévia, porque somente o Poder Judiciário pode reconhecer a possibilidade de saneamento de ilegalidade administrativa já consumada.
(D) O ato poderá ser convalidado pela própria Administração, desde que o defeito seja sanável e a decisão evidencie inexistência de lesão ao interesse público e de prejuízo a terceiros.
(E) Todo defeito de competência impõe anulação integral do ato, pois a Lei Federal nº 9.784/1999 proíbe a convalidação sempre que a ilegalidade estiver presente desde sua formação.

Questão 44

Após a reorganização administrativa de determinado Município, a Secretaria responsável pela fiscalização passou a contar com agentes submetidos a diferentes formas de vínculo com o Poder Público. No mesmo setor trabalham um Fiscal de Tributos investido em cargo efetivo após concurso público, um ocupante exclusivamente de cargo em comissão destinado às atribuições de direção, uma empregada de empresa pública admitida mediante concurso e um profissional contratado temporariamente para atender necessidade excepcional definida em lei municipal. Em procedimento interno de capacitação, surgiu divergência quanto à classificação desses agentes, pois alguns servidores sustentaram que somente o titular de cargo efetivo poderia ser considerado agente público, enquanto outros defenderam que a natureza do vínculo, estatutária, celetista, comissionada ou temporária, não impede necessariamente o enquadramento na categoria geral de agentes públicos.

Considerando a classificação doutrinária dos agentes públicos e as diferentes formas de vínculo descritas, assinale a alternativa CORRETA.

(A) O ocupante exclusivamente de cargo em comissão equipara-se ao servidor efetivo quanto à permanência do vínculo, diferenciando-se deste somente porque sua investidura prescinde de aprovação prévia em concurso.

(B) O contratado temporariamente deixa de ser agente público porque a transitoriedade do vínculo impede sua inserção na categoria, ainda que desempenhe função pública mediante contratação administrativa válida.

(C) A expressão agente público compreende exclusivamente quem ocupa cargo público estatutário, razão pela qual empregados públicos, temporários e comissionados integram categorias externas à estrutura funcional administrativa.

(D) O empregado de empresa pública integra necessariamente a categoria dos agentes políticos, pois sua relação contratual ocorre com entidade integrante da Administração Pública indireta e depende de concurso.

(E) O conceito de agente público possui amplitude suficiente para alcançar diferentes vínculos de exercício de função estatal, embora cargo público, emprego público e função temporária apresentem regimes jurídicos distintos.

Questão 45

No cumprimento de atividade fiscalizatória, agente de pessoa jurídica de direito público, atuando nessa qualidade, praticou conduta que causou dano comprovado a terceiro. A apuração posterior demonstrou nexo causal entre a atuação administrativa e o prejuízo. Em procedimento interno, discutiu-se a estrutura constitucional da responsabilidade: um setor defendeu que o lesado somente poderia obter reparação se demonstrasse previamente dolo ou culpa pessoal do agente; outro afirmou que eventual responsabilização regressiva do agente seguiria exatamente os mesmos pressupostos utilizados na relação entre o Estado e a vítima.

Para solucionar a controvérsia, considere exclusivamente o § 6º do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sem considerar hipóteses especiais construídas pela jurisprudência.

Analise as sentenças:

I. A pessoa jurídica de direito público responde pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

II. O texto constitucional assegura direito de regresso contra o agente responsável nos casos de dolo ou culpa.

III. A responsabilização da pessoa jurídica perante o terceiro exige, pelo próprio § 6º do art. 37, prévia comprovação de dolo do agente causador.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as proposições CORRETAS.

(A) I, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I e II, apenas.
(E) II, apenas.

Questão 46

Durante a organização dos trabalhos de uma secretaria municipal, o dirigente adotou medidas para distribuir atividades entre unidades subordinadas e determinou a apuração de possível infração funcional cometida por servidor. Paralelamente, o chefe do Poder Executivo editou regulamento destinado à execução de uma lei municipal. Em reunião administrativa, surgiram dúvidas sobre os fundamentos jurídicos dessas medidas e os limites de atuação das autoridades envolvidas. Considerando os poderes administrativos, assinale a alternativa que apresenta a interpretação CORRETA das situações descritas.

(A) O poder hierárquico apura faltas funcionais, o disciplinar distribui tarefas internas e o regulamentar disciplina a execução das leis.

(B) O poder hierárquico organiza os serviços internos, o disciplinar apura faltas funcionais e o regulamentar detalha a execução da lei.

(C) O poder hierárquico orienta os serviços, o disciplinar elabora regulamentos de execução e o regulamentar conduz apurações funcionais.

(D) O poder hierárquico organiza os serviços, o disciplinar apura condutas de cidadãos sem vínculo e o regulamentar detalha a execução da lei.

(E) O poder hierárquico organiza os serviços, o disciplinar apura condutas funcionais e o regulamentar modifica exigências fixadas por lei.

Questão 47

No exame das contas públicas, surgiu controvérsia sobre as funções constitucionalmente atribuídas ao Tribunal de Contas da União. Um assessor sustentou que o Tribunal julgaria diretamente as contas anuais do Presidente da República. Outro afirmou que o órgão se limitaria a produzir pareceres sem poder julgar contas de administradores ou responsáveis por recursos públicos. Um terceiro observou que a Constituição utiliza deliberadamente verbos distintos ao disciplinar as contas presidenciais e as contas dos administradores, além de atribuir ao Tribunal outras competências de fiscalização.

Considerando exclusivamente os arts. 70 e 71, incisos I e II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, analise as asserções e a relação proposta entre elas:

I. O Tribunal de Contas da União aprecia as contas anuais prestadas pelo Presidente da República mediante parecer prévio, enquanto julga as contas dos administradores e demais responsáveis indicados constitucionalmente.

PORQUE

II. O controle externo da União está a cargo do Congresso Nacional e é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, cujas competências são constitucionalmente delimitadas.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
(B) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
(C) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
(D) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
(E) As asserções I e II são proposições falsas.

Questão 48

Após operação fiscal que resultou em diversas autuações, a assessoria de comunicação de determinado órgão público preparou campanha institucional para divulgar os resultados alcançados. A proposta inicial continha nomes, fotografias e frases de exaltação pessoal da autoridade responsável, apresentando-a como principal responsável pela eficiência das ações fiscalizatórias. A equipe jurídica advertiu que a divulgação de atividades administrativas deve respeitar simultaneamente os princípios constitucionais da Administração e as limitações específicas impostas à publicidade institucional.

Para decidir a questão, considere exclusivamente o caput e o § 1º do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sem considerar legislação infraconstitucional ou jurisprudência.

Julgue as afirmações abaixo como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

(__) A Administração Pública está constitucionalmente submetida aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

(__) A publicidade institucional pode conter elementos de promoção pessoal quando a autoridade tenha participado efetivamente da política pública divulgada.

(__) O caráter educativo, informativo ou de orientação social constitui parâmetro constitucional da publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas.

(__) A publicidade institucional não deve conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

(A) V, V, F, V.
(B) F, F, V, V.
(C) V, F, V, V.
(D) F, V, V, F.
(E) V, F, F, V.

Questão 49

Em processo administrativo federal instaurado após atividade fiscalizatória, a autoridade designada para participar da instrução verificou que seu companheiro havia atuado como representante do interessado no mesmo procedimento. Apesar disso, decidiu permanecer no feito, alegando que conseguiria manter imparcialidade subjetiva e que eventual afastamento dependeria de provocação expressa da parte. Outro servidor observou que a Lei Federal nº 9.784/1999 distingue situações de impedimento e suspeição e, para determinadas circunstâncias objetivas, impõe dever funcional de comunicação e abstenção.

Antes da prática de novos atos, a unidade jurídica foi consultada para determinar a providência legalmente adequada.

Com base exclusivamente nos arts. 18 e 19 da Lei Federal nº 9.784/1999, sem considerar jurisprudência ou doutrina, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A autoridade pode permanecer no processo caso declare formalmente sua imparcialidade, pois a participação de companheiro como representante constitui hipótese legal de suspeição facultativa.
(B) A autoridade encontra-se impedida de atuar e deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de participar do processo administrativo nas condições narradas.
(C) O impedimento somente existiria se a própria autoridade tivesse atuado como representante, pois a atuação de cônjuge ou companheiro não integra as hipóteses objetivas previstas legalmente.

(D) A participação permanece válida enquanto não demonstrado interesse econômico direto da autoridade, pois relações pessoais de representação são juridicamente insuficientes para configurar impedimento administrativo.

(E) O afastamento depende de requerimento do interessado e de comprovação de prejuízo concreto, porque a Lei Federal nº 9.784/1999 não determina abstenção espontânea da autoridade.

Questão 50

Uma Administração pretende contratar serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual para realizar avaliação complexa vinculada a empreendimento público. Na fase preparatória, identificou profissional de notória especialização e passou a examinar a possibilidade de contratação direta. Um servidor afirmou que todo serviço técnico intelectual autoriza automaticamente inexigibilidade. Outro sustentou que a inexigibilidade somente existe quando a competição é inviável e quando o objeto e as condições concretas se enquadram nas hipóteses legais. Também se discutiu se serviços de publicidade e divulgação poderiam receber o mesmo tratamento destinado aos serviços técnicos especializados enumerados pela lei.

Considerando exclusivamente o art. 74, caput e inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem considerar jurisprudência ou doutrina, analise as asserções e a relação proposta entre elas:

I. A contratação direta por inexigibilidade pressupõe inviabilidade de competição, inclusive quando fundamentada na contratação dos serviços técnicos especializados previstos no inciso III.

PORQUE

II. A Lei Federal nº 14.133/2021 admite a inexigibilidade para serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, ressalvando expressamente os serviços de publicidade e divulgação.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

(B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

(C) As asserções I e II são proposições falsas.

(D) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

(E) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

PÁGINA DE RASCUNHO

INSTITUTO igeduc

CONCURSOS COM INTEGRIDADE

NÃO DESTACAR

Instagram Oficial:
@institutoigeduc